



Janeiro/2011

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

III Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso à Carreira da Defensoria Pública Defensor Público de Classe Inicial

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Língua Portuguesa Conhecimentos Jurídicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: Responda às questões 1 a 10 com base no texto 1.

TEXTO 1

Após 24 anos, DNA em pontas de cigarro desvendam assassinato

1 Um policial aposentado ajudou a desvendar um antigo
2 caso de assassinato que o havia atormentado por toda
3 sua carreira graças a pontas de cigarro guardadas por
4 24 anos.

5 O detetive Tom Goodwin não conseguiu encontrar os
6 responsáveis pelo homicídio de Samuel Quentzel em
7 1986, quando ele foi morto a tiros dentro de seu carro em
8 frente a sua casa, em Long Island, Nova York. Mas
9 Goodwin insistiu que fossem guardadas quatro pontas de
10 cigarro encontradas durante a investigação do crime,
11 esperando que algum dia elas pudessem identificar os
12 assassinos.

13 Mais de 20 anos depois, graças aos avanços na
14 tecnologia de identificação de DNA e à expansão dos
15 bancos de dados com informações genéticas de crimino-
16 sos, foi possível identificar os homens responsáveis pelo
17 crime. Lewis Slaughter, 61 anos, foi condenado por
18 assassinato em segundo grau e será sentenciado em
19 dezembro.

20 Ele pode receber pena de 25 anos a prisão perpétua
21 pela morte de Quentzel, que era casado e pai de três
22 filhos. Slaughter, que tem uma longa ficha criminal, já está
23 preso por outro assassinato também ocorrido em 1986.

24 "Eu nunca parei de pensar sobre isso", disse
25 Goodwin, que se aposentou da polícia em 2000, ao New
26 York Daily News. "Sempre que investigava um caso no
27 Brooklyn ou em Queens, eu checava se uma arma .380
28 tinha sido usada, esperando encontrar uma ligação.
29 Nunca deu certo".

Na entrada de casa

31 Realizado mais de 20 anos após o crime, o julga-
32 mento, em um tribunal em Long Island, estabeleceu que
33 no dia 4 de setembro de 1986 Slaughter e seu cúmplice
34 Clifton Waters se aproximaram de Quentzel, que estava
35 em seu carro, logo após voltar do trabalho em sua loja de
36 materiais de encanamento no Brooklyn.

...

DNA

39 A retomada do caso resultou de uma iniciativa da
40 viúva e um filho de Quentzel, que, em maio de 2007,
41 contataram a promotora pública pedindo uma nova
42 investigação sobre a morte de Samuel.

43 A resolução do crime só foi possível graças à
44 ampliação do banco de dados de DNA, que passou a
45 exigir amostras de todos os condenados por crimes após
46 2006, mas que também valia retroativamente para os que
47 estivessem presos ou em liberdade condicional na época.

48 Foi assim que o Departamento de Justiça Criminal de
49 Nova York ligou Roger Williams a uma ponta de cigarro

50 encontrada na van mais de 20 anos antes.

51 ...

52 "A família Quentzel perseverou por mais de 24 anos
53 com esperança de ver os assassinos de Samuel Quentzel
54 enfrentarem a Justiça e esse dia finalmente chegou",
55 disse a promotora pública no caso, Kathleen Rice. "Eu
56 não poderia estar mais orgulhosa dos integrantes de meu
57 gabinete e do departamento de polícia, que nunca
58 desistiram de seu comprometimento em prender os
59 homens responsáveis por esse crime terrível".

(<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI4792431-EI8141,00-Apos+anos+DNA+em+pontas+de+cigarro+desvendam+assassinato.html>; 15/11/2010, 09h49 • atualizado às 11h04)

1. De acordo com o texto, pode-se afirmar SOMENTE que
- (A) o carro era do detetive Tom Goodwin.
 - (B) Quentzel estava estacionado com seu carro na frente da casa de Clifton Waters.
 - (C) o detetive tinha emprestado o seu carro para Quentzel.
 - (D) o carro era da própria vítima, Samuel Quentzel.
 - (E) o carro e a casa eram do detetive Tom Goodwin.

2. Considere as afirmativas a seguir:

- I. A expressão *homicídio de Samuel Quentzel em 1986* (linhas 6 e 7) foi retomada por esse crime terrível (linha 59).
- II. A expressão *homicídio de Samuel Quentzel em 1986* (linhas 6 e 7) retoma um antigo caso de assassinato (linhas 1 e 2).
- III. A expressão *uma nova investigação sobre a morte de Samuel* (linhas 41 e 42) retoma A retomada do caso (linha 39).
- IV. A expressão *os assassinos de Samuel Quentzel* (linha 53) foi retomada por os responsáveis pelo homicídio de Samuel Quentzel (linhas 5 e 6).

Com base na coesão textual, é correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I, II e III.

3. Considere as afirmativas a seguir e assinale a resposta correta.

- (A) A função da conjunção **que** (linha 22) é ligar Slaughter a tem uma longa...em 1986 (linhas 22 e 23).
- (B) A conjunção **que** (linha 21) se refere a era casado e pai de três filhos (linhas 21 e 22).
- (C) A função da conjunção **que** (linha 9) é ligar o verbo insistiu (linha 9) ao complemento verbal fossem guardadas...do crime (linhas 9 e 10).
- (D) A função do pronome **que** (linha 40) é fazer referência somente a um filho Quentzel (linha 40).
- (E) O pronome **que** (linha 44) refere-se à expressão DNA (linha 44).



4. Das expressões em negrito, SOMENTE uma exerce a função de complemento.
- (A) ...*caso de assassinato que o havia atormentado* ... (linha 2)
- (B) ...*20 anos após o crime, o julgamento* ... (linha 31)
- (C) *Foi assim que o Departamento de Justiça Criminal* ... (linha 48)
- (D) ...*esperança de ver os assassinos de...* (linha 53)
- (E) ...*comprometimento em prender os homens...* (linhas 58 e 59)
-
5. A crase é facultativa em SOMENTE uma alternativa abaixo.
- (A) ...*por toda sua carreira graças a pontas de cigarro...* (linhas 2 e 3)
- (B) ...*chegou", disse a promotora pública no caso, Kathleen Rice.* (linhas 54 e 55)
- (C) ...*receber pena de 25 anos a prisão perpétua...* (linha 20)
- (D) ...*ligou Roger Williams a uma ponta de cigarro...* (linha 49)
- (E) ...*dentro de seu carro em frente a sua casa...* (linhas 7 e 8)
-
6. Com base no segundo parágrafo, podemos inferir SOMENTE:
- (A) Goodwin sabia que encontraria os assassinos de Quentzel.
- (B) A insistência de Goodwin para que preservassem as pontas de cigarro gerava a possibilidade da identificação dos assassinos de Quentzel.
- (C) Goodwin tinha certeza de que as pontas de cigarro seriam a prova para condenar os assassinos de Quentzel naquela ocasião.
- (D) Goodwin sabia que as pontas de cigarro continham marcas suficientes para incriminar os assassinos de Quentzel naquela ocasião.
- (E) Goodwin sabia quem eram os assassinos, e sua dúvida para os descobrir provocou a condenação desses réus.
-
7. A transformação da frase "*Eu nunca parei de pensar sobre isso*", disse Goodwin, (linhas 24 e 25) para discurso indireto é:
- (A) Goodwin disse que nunca parara de pensar sobre aquilo.
- (B) Goodwin diz que nunca tivera parado de pensar sobre aquilo.
- (C) Goodwin disse: "Eu nunca parei de pensar sobre isso".
- (D) Goodwin diz: "Eu nunca parei de pensar sobre isso".
- (E) Goodwin disse o que pensava sobre aquilo.
-
8. Eliminando a expressão nunca da proposição *Eu nunca parei de pensar sobre isso* (linha 24), pode-se fazer somente **uma** inferência. Assinale a alternativa correta.
- (A) O acarretamento de que Goodwin pensava sobre aquele crime.
- (B) A pressuposição de que Goodwin não pensava sobre aquele crime.
- (C) A pressuposição de que Goodwin não pensa mais sobre aquele crime.
- (D) A pressuposição de que Goodwin pensava sobre aquele crime.
- (E) O acarretamento de que Goodwin pensara sobre aquele crime.
-
9. A vírgula depois de *Mais de vinte anos depois* (linha 13) justifica-se porque é
- (A) um adjunto adverbial intercalado.
- (B) um adjunto adverbial deslocado.
- (C) uma oração adverbial temporal deslocada.
- (D) um adjunto adnominal com valor de advérbio e está deslocado.
- (E) um advérbio em forma de oração e está deslocado.
-
10. Assinale a alternativa em que a oração NÃO é subordinada adjetiva explicativa.
- (A) Na passagem *Quentzel, que era casado...* (linha 21).
- (B) Na passagem *Slaughter, que tem uma longa ficha criminal* (linha 22).
- (C) Na passagem *Goodwin, que se aposentou da polícia* (linha 25).
- (D) Na passagem *Quentzel, que estava em seu carro* (linhas 34 e 35).
- (E) Na passagem *homicídio de Samuel Quentzel em 1986, quando ele foi morto a tiros* (linhas 6 e 7).
-
- Atenção:** Responda às questões 11 a 21 com base no texto 2.
- TEXTO 2**
- EUA dizem que um ataque ao Irã uniria o país, hoje dividido***
- 1 WASHINGTON (Reuters) – Um ataque militar
- 2 contra o Irã uniria o país, que está dividido, e reforçar a
- 3 determinação do governo iraniano para buscar armas
- 4 nucleares, disse o secretário de Defesa dos Estados
- 5 Unidos, Robert Gates, nesta terça-feira.
- 6 Em pronunciamento ao conselho diretor do Wall
- 7 Street Journal, Gates afirmou ser importante usar outros
- 8 meios para convencer o Irã a não procurar ter armas
- 9 nucleares e repetiu as suas preocupações de que ações
- 10 militares somente iriam retardar — e não impedir — que
- 11 o país obtenha essa capacidade.
- (<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2010/11/16/eua-dizem-que-um-ataque-ao-ira-uniria-o-pais-hoje-dividido.jhtm?action=print>, em 16/11/2010)



<p>11. Com base SOMENTE no título, descontextualizado, é possível inferir que o ataque uniria</p> <p>I. os EUA. II. o Irã. III. o Brasil.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas. (B) II, apenas. (C) I e II, apenas. (D) III, apenas. (E) I, II e III.</p>	<p>17. O fragmento frasal <i>de que ações militares somente iriam retardar</i> (linhas 9 e 10) é do substantivo <i>preocupações</i> (linha 9).</p> <p>Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto acima.</p> <p>(A) complemento verbal (B) complemento nominal oracional (C) adjunto verbal (D) adjunto nominal (E) complemento prepositivo-verbal</p>
<p>12. O adjetivo <i>dividido</i> (título) pode se referir à expressão</p> <p>I. <i>país</i> (linha 2). II. <i>EUA</i> (título), que retoma <i>país</i> (linha 2). III. <i>Irã</i> (linha 2), que retoma <i>país</i> (linha 2).</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas. (B) II, apenas. (C) I e II, apenas. (D) III, apenas. (E) I, II e III.</p>	<p>18. Em <i>repetiu as suas preocupações de que ações militares somente iriam retardar – e não impedir – que o país obtenha essa capacidade</i> (linhas 9 a 11), tem-se</p> <p>I. falta de crase porque o verbo <i>repetiu</i> (linha 9) é transitivo indireto e a sua regência exige a preposição <i>a</i>, que faz fusão com o artigo <i>as</i> do substantivo <i>preocupações</i> (linha 9).</p> <p>II. problema de regência entre <i>retardar</i> e <i>que o país obtenha essa capacidade</i> (linhas 10 e 11), provocado pela intercalação de <i>– e não impedir –</i> (linha 10).</p> <p>III. problema de paralelismo verbal porque o conetivo <i>e</i> (linha 9) está ligando o verbo <i>ser</i> (linha 7) e o verbo <i>repetiu</i>, os dois flexionados diferentemente.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>
<p>13. A palavra <i>reforçar</i> (linha 2) está mal flexionada, constituindo-se como um problema de</p> <p>(A) metáfora. (B) metonímia. (C) concordância. (D) solecismo. (E) regência.</p>	<p>19. O par gramatical que NÃO desempenha a mesma função sintática é a expressão</p> <p>(A) <i>para</i> nas linhas 3 e 8. (B) <i>o</i> nas linhas 2 (o primeiro) e 11. (C) <i>o</i> nas linhas 2 (o segundo) e 4. (D) <i>e</i> nas linhas 2 e 9. (E) <i>a</i> nas linhas 2 e 8.</p>
<p>14. A palavra <i>pronunciamento</i> (linha 6) é transitiva e exige</p> <p>(A) complemento nominal. (B) objeto indireto. (C) objeto direto. (D) adjetivo. (E) predicativo do sujeito.</p>	<p>20. A notícia contém a expressão <i>outros meios</i> (linha 7 e 8) para</p> <p>(A) retomar <i>ataque militar contra o Irã</i> (linhas 1 e 2). (B) retomar <i>a determinação do governo iraniano para buscar armas nucleares</i> (linhas 2 a 4). (C) retomar <i>buscar armas nucleares</i> (linha 3 e 4). (D) fazer referência a algo que não está no texto. (E) retomar <i>impedir – que o país obtenha essa capacidade</i> (linhas 10 e 11).</p>
<p>15. A palavra <i>para</i> (linha 8) é uma</p> <p>(A) preposição derivada da regência verbal da palavra <i>meios</i> (linha 8). (B) conjunção que liga uma oração coordenada a uma subordinada. (C) preposição que liga <i>meios</i> (linha 8) a um verbo intransitivo. (D) preposição derivada da regência nominal da palavra <i>meios</i> (linha 8). (E) proposição que liga <i>meios</i> (linha 8) a um verbo.</p>	<p>21. Das palavras a seguir, a única formada por derivação prefixal e sufixal é</p> <p>(A) <i>destinação</i>. (B) <i>desocupação</i>. (C) <i>criminológico</i>. (D) <i>carcereiro</i>. (E) <i>preventivamente</i>.</p>



Atenção: Responda às questões 22 a 31 com base no texto 3.

Texto 3

Lição de bom senso

1 O Ministério da Educação (MEC) contornou com
2 habilidade e bom senso a polêmica gerada em torno do
3 veto, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), de
4 um livro do escritor Monteiro Lobato, sob o pretexto de
5 que contém expressões racistas. A alternativa encontra-
6 da pelo ministro foi a de acrescentar um esclarecimento
7 de que, em 1933, quando a obra foi publicada pela
8 primeira vez, o país tinha hábitos diferentes e algumas
9 expressões não eram consideradas ofensivas, como
10 ocorre hoje. É importante que esse tipo de decisão sirva
11 de parâmetro para situações semelhantes, em contra-
12 posição a tentações apressadas de recorrer à censura.

13 O caso mais recente de tentativas de restringir a
14 livre circulação de ideias envolve a obra *Caçadas de*
15 *Pedrinho*, na qual a turma do Sítio do Pica-Pau Amarelo
16 sai em busca de uma onça-pintada. Ocorre que, ao
17 longo de quase oito décadas de carreira do livro, o
18 Brasil não conseguiu se livrar de excessos na vigilância
19 do politicamente correto, nem de intolerâncias como o
20 racismo. Ainda assim, já não convive hoje com hábitos
21 como o de caça a animais em extinção e avançou nas
22 políticas para a educação das relações étnico-raciais.

23 Assim como em qualquer outra manifestação artís-
24 tica, portanto, o livro que esteve sob ameaça de
25 censura precisa ter seu conteúdo contextualizado. Se a
26 personagem Tia Nastácia chegou a ser associada a
27 estereótipos hoje vistos como racistas, é importante que
28 os educadores se preocupem em deixar claro para os
29 alunos alguns aspectos que hoje chamam a atenção
30 apenas pelo fato de o país ter evoluído sob o ponto de
31 vista de costumes e de direitos humanos.

32 No Brasil de hoje, não há mais espaço para a
33 impunidade em relação a atos como o racismo. Isso não
34 significa, porém, que seja preciso revolver o passado,
35 muito menos sem levar em conta as circunstâncias da
36 época.

(Editorial Zero Hora, 18/10/2010)

22. A palavra *estereótipos* (linha 27) pode ser substituída, sem alteração de sentido, por

- (A) protótipos.
- (B) tipômetros.
- (C) modelos sem definição.
- (D) padrões formados por ideias preconcebidas.
- (E) padrões formados por ideias pós-concebidas.

23. A passagem ..., em *contraposição a tentações apressadas de recorrer à censura* (linhas 11 e 12) contém o elemento gramatical a, que

- (A) define quais são as tentações, porque é um artigo.
- (B) não define quais são as tentações, porque é artigo.
- (C) define quais são as tentações, porque é uma preposição.
- (D) não define quais são as tentações, porque é artigo indefinido.
- (E) não define quais são as tentações, porque é preposição.

24. Em *A alternativa encontrada pelo ministro foi a de acrescentar* (linhas 5 e 6), há uma elipse que faz referência à palavra

- (A) expressão.
- (B) elipse.
- (C) polêmica.
- (D) encontrada.
- (E) alternativa.

25. A expressão *na qual* (linha 15) pode ser substituída, sem alteração de sentido, por

- (A) que.
- (B) por que.
- (C) em que.
- (D) na que.
- (E) no qual.

26. O pronome *se* (linha 18) pode se deslocar sintaticamente, sem provocar erro gramatical, na afirmativa

- (A) *não conseguiu livrar-se*, porque é próclise ao verbo no infinitivo.
- (B) *não se conseguiu livrar*, porque é próclise ao advérbio.
- (C) *não se conseguiu livrar*, porque é ênclise ao auxiliar.
- (D) *não conseguiu livrar se*, porque é próclise ao verbo principal.
- (E) *não conseguiu livrar-se*, porque é ênclise ao verbo no infinitivo.

27. O conetivo *portanto* (linha 24) pode ser substituído, sem alteração de sentido, por

- (A) porquanto.
- (B) entretanto.
- (C) no entanto.
- (D) então.
- (E) conquanto.

28. Na passagem *como o de caça a animais* (linha 21), uma lacuna pode ser preenchida com a retomada da expressão

- (A) excessos.
- (B) hábitos.
- (C) vigilância.
- (D) caça.
- (E) animais.



29. A palavra *animais* (linha 21) estabelece ligações com espécies que estão em extinção. Qual a propriedade semântica dessa relação?

- (A) Hiperonímia.
- (B) Sinonímia.
- (C) Homonímia.
- (D) Paronímia.
- (E) Antonímia.

30. A palavra *revolver* (linha 34) pode ter mais de um significado no texto. Altera-se o significado da frase substituindo-se essa palavra por

- (A) examinar.
- (B) retomar.
- (C) mudar.
- (D) remontar.
- (E) recompor.

31. A palavra *hoje* (linha 29), no texto, refere-se deiticamente

- I. a 18/10/2010.
- II. ao ano de 2010.
- III. ao momento que abrange um período de tempo maior do que um dia.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

Atenção: Responda às questões 32 a 40 com base no texto 4.

TEXTO 4

O dilema das definições

A ciência estabelece que funções antes consideradas universais, como "sujeito" e "predicado", são mais arbitrárias do que se imaginava.

1 *Você já deve ter ouvido estas definições muitas*
 2 *vezes: "Sujeito é aquele de quem se diz algo.",*
 3 *"Predicado é aquilo que se diz do sujeito.", "Objeto direto*
 4 *é aquele que sofre a ação.", "Objeto indireto é aquele*
 5 *que se beneficia da ação."*

6 *É possível até que você use essas definições*
 7 *quando bate aquela dúvida sobre concordância ou*
 8 *regência, não é? No entanto, apesar de correntes, elas*
 9 *não têm fundamento científico, afinal são muito*
 10 *anteriores ao nascimento da ciência da linguagem (mais*
 11 *precisamente, 2 mil anos anteriores!). Além disso, por*
 12 *remontarem à Grécia antiga, são definições muito mais*
 13 *filosóficas do que linguísticas e absolutamente*
 14 *centradas na língua grega, sem qualquer consideração*
 15 *pela estrutura de outras línguas.*

16 *Pode-se dizer que foram uma tentativa legítima*
 17 *(principalmente considerando-se a época em que foi*
 18 *feita) de explicar fatos linguísticos, mas que está longe*

19 *de ter sido bem-sucedida.*

20 *O fato é que a análise de línguas empreendida na*
 21 *primeira metade do século 20, aliada à coleta de dados*
 22 *e ao estudo comparado de um número extraordinário de*
 23 *idiomas de várias partes do mundo, resultou na*
 24 *derrubada de muitos dogmas da gramática.*

25 *Um exemplo foi a sintaxe translativa de Lucien*
 26 *Tesnière, publicada em 1959 no livro *Éléments de**
 27 *Syntaxe Structurale, a qual demonstrou que o único*
 28 *termo essencial da oração nas línguas ocidentais é o*
 29 *verbo.*

30 *...*

31 *Primeiro, nem todo verbo exprime ação. Afinal, que*
 32 *ação é expressa por "ser", "estar", "ter", "dormir"? Em*
 33 *segundo lugar, o sujeito só pratica a ação se o verbo*
 34 *estiver na voz ativa; na passiva, o sujeito sofre a ação.*
 35 *Aliás, há verbos supostamente ativos que não*
 36 *expressam ação realizada, mas sofrida: é o bebê que*
 37 *pratica a "ação" de nascer ou é a mãe que pratica a*
 38 *ação de parir? (Não por acaso, em inglês, "nascer" é to*
 39 *be born, literalmente, "ser parido".) Logo, essa definição*
 40 *de sujeito é, no mínimo, capenga.*

41 *Quanto à ideia de que o sujeito é aquele sobre*
 42 *quem se declara algo, Marcos Bagno, da Universidade*
 43 *de Brasília, questiona: na oração "Nesta sala cabem*
 44 *trinta pessoas", o sujeito é "trinta pessoas", mas não se*
 45 *declara algo sobre as pessoas e sim sobre a sala.*

46 *Tudo isso ocorre porque os conceitos de sujeito e*
 47 *objeto dados pela gramática foram tomados de*
 48 *empréstimo da filosofia: para os gregos, há uma*
 49 *realidade objetiva (em si, independente de qualquer*
 50 *juízo) e uma subjetiva (tal qual vista por nós).*

51 *Nesse sentido, o objeto é a realidade natural,*
 52 *inerte, impotente e inconsciente, e o sujeito é o ser*
 53 *humano, único capaz de tomar consciência da realidade*
 54 *ao redor e de agir sobre ela. Daí a ideia de que sujeito é*
 55 *quem pratica ações e objeto, quem as sofre.*

56 *...*

57 *Em resumo, aquelas funções que aprendemos nas*
 58 *enfadonhas aulas de análise sintática são de natureza*
 59 *meramente convencional. É por isso que a fala popular*
 60 *simplifica as regências, elimina preposições*
 61 *desnecessárias e diz "assistir televisão", "atender o*
 62 *telefone", "responder a pergunta", "visar um objetivo", e*
 63 *assim por diante. E também põe na voz passiva verbos*
 64 *que, segundo a gramática normativa, são transitivos*
 65 *indiretos: "O programa foi assistido por milhares de*
 66 *pessoas", "Todas as perguntas foram respondidas", "O*
 67 *objetivo visado por nós é."*

(Aldo Bizzocchi é doutor em linguística pela USP e autor de *Léxico e Ideologia na Europa Ocidental* (Annablume) e *Anatomia da Cultura* (Palas Athena) www.aldobizzocchi.com.br)



<p>32. Com base SOMENTE nos dois primeiros parágrafos do texto, o autor</p> <p>(A) informa o leitor de que as definições são filosóficas e linguísticas, com maior peso para a primeira.</p> <p>(B) informa o leitor de que as definições não são filosóficas, mas linguísticas.</p> <p>(C) informa o leitor de que as definições são filosóficas e não linguísticas.</p> <p>(D) deixa claro que as definições não são científicas porque são filosóficas e não linguísticas.</p> <p>(E) resolve a questão das definições porque não se embasa na ciência.</p>	<p>37. Dentre as questões linguísticas, o texto também apresenta discussão sobre a linguagem culta e a linguagem informal. Qual das alternativas expressa essas linguagens, respectivamente?</p> <p>(A) "Assistir à televisão" e "visar a um objetivo".</p> <p>(B) "Atender o telefone" e "responder a pergunta".</p> <p>(C) "Responder à pergunta" e "assistir à televisão".</p> <p>(D) "Responder a pergunta" e "visar um objetivo".</p> <p>(E) "Visar a um objetivo" e "atender o telefone".</p>
<p>33. O pronome <i>elas</i> (linha 8) refere-se</p> <p>(A) a essas definições.</p> <p>(B) a dúvidas nas definições.</p> <p>(C) a concordância e regência.</p> <p>(D) a possibilidades de dúvidas nas definições.</p> <p>(E) ao que está fora do texto.</p>	<p>38. Assinale a alternativa que contém erro gramatical.</p> <p>(A) Os porquês dos conceitos de sujeito e predicado na gramática.</p> <p>(B) Por que os conceitos de sujeito e predicado têm problema?</p> <p>(C) Os conceitos de sujeito e predicado têm problema. Por quê?</p> <p>(D) Os conceitos de sujeito e predicado têm problema. Porquê?</p> <p>(E) Não se sabe por que os conceitos de sujeito e predicado têm problema.</p>
<p>34. Em <i>há verbos supostamente ativos que não expressam ação realizada</i> (linhas 35 e 36), alterando a flexão dos verbos <i>haver</i> e <i>expressar</i> para o pretérito perfeito do indicativo, tem-se</p> <p>(A) <i>havia verbos supostamente ativos que não expressavam ação realizada.</i></p> <p>(B) <i>houve verbos supostamente ativos que não expressaram ação realizada.</i></p> <p>(C) <i>houveram verbos supostamente ativos que não expressavam ação realizada.</i></p> <p>(D) <i>havam verbos supostamente ativos que não expressavam ação realizada.</i></p> <p>(E) <i>houve verbos supostamente ativos que não expressavam ação realizada.</i></p>	<p>39. A expressão <i>No entanto</i> (linha 8) pode ser substituída, alterando o significado da frase, por</p> <p>(A) entretanto.</p> <p>(B) porquanto.</p> <p>(C) todavia.</p> <p>(D) porém.</p> <p>(E) contudo.</p>
<p>35. A expressão <i>essas definições</i> (linha 6) refere-se</p> <p>(A) às definições de somente sujeito e predicado.</p> <p>(B) às definições científicas.</p> <p>(C) <i>a quando bate aquela dúvida sobre concordância ou regência</i> (linhas 7 e 8).</p> <p>(D) às definições de sujeito, predicado, objeto direto e objeto indireto.</p> <p>(E) às definições filosóficas e não linguísticas.</p>	<p>40. Em relação à coesão textual por referenciação, analise as afirmações abaixo.</p> <p>I. O pronome <i>estas</i> (linha 1) refere-se a <i>definições</i> (linha 1) e ambas fazem referência ao que vem depois.</p> <p>II. O pronome <i>essas</i> (linha 6) refere-se a <i>definições</i> (linha 6) e ambas fazem referência ao que vem antes.</p> <p>III. A expressão pronominal <i>disso</i> (linha 11) está escrita de maneira errada, devendo ser <i>dísto</i>, porque sua referência vem antes.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>36. A expressão <i>à</i> (linha 21) é constituída</p> <p>(A) pela preposição oriunda da transitividade da palavra <i>aliada</i> (linha 21) mais o artigo feminino da expressão <i>coleta de dados</i> (linha 21).</p> <p>(B) pela preposição oriunda da transitividade da palavra <i>aliada</i> (linha 21) mais o artigo feminino da expressão <i>coleta de dados</i> (linha 21).</p> <p>(C) pela preposição oriunda da transitividade da expressão <i>coleta de dados</i> (linha 21).</p> <p>(D) pela combinação do artigo e da preposição, nessa ordem.</p> <p>(E) pela fusão da preposição <i>a</i> com o artigo feminino <i>a</i>.</p>	

**CONHECIMENTOS JURÍDICOS****Direito Civil**

Atenção: Para responder às questões 41 a 47 assinale a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao assunto indicado.

41. Direito Obrigacional.

- (A) Segundo o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado.
- (B) No mútuo feneratício civil os juros remuneratórios são presumidos, não sendo admitida a sua capitalização anual.
- (C) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la com a utilização dos meios conducentes à exoneração do devedor, sendo que igual direito cabe ao terceiro não interessado, se o fizer em nome e à conta do devedor, independentemente da oposição deste.
- (D) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa, mas quando a obrigação tenha por objeto prestação divisível, o credor poderá ser compelido a receber por partes, ainda que a prestação tenha sido ajustada de forma diversa.
- (E) Havendo pluralidade de devedores na obrigação indivisível, cada um deles se obriga por toda a dívida, não havendo sub-rogação nos direitos do credor, em relação aos demais coobrigados, para o devedor que paga a totalidade do débito.

42. Incidência dos Institutos da prescrição e da decadência na teoria das invalidades do negócio jurídico.

- (A) Segundo o Código Civil, as nulidades, por ofenderem interesse público, podem ser arguidas pelas partes, sendo vedado ao juiz conhecê-las de ofício em processo que verse sobre a validade de determinado negócio jurídico.
- (B) O negócio jurídico nulo não convalece pelo decurso do tempo, razão pela qual apenas as anulabilidades estão sujeitas a prazos prescricionais.
- (C) A invalidade do instrumento contratual induz necessariamente a invalidade do negócio jurídico.
- (D) A decretação judicial é necessária para o reconhecimento de nulidades e anulabilidades, pois estas espécies de vícios não têm efeito antes de julgados por sentença.
- (E) Respeitada a intenção das partes, é cabível a manutenção do negócio jurídico no caso de reconhecimento de invalidade parcial, a qual não o prejudicará na parte válida se desta for separável.

43. Direitos Reais.

- (A) O possuidor com justo título tem por si a presunção absoluta de boa-fé.
- (B) O possuidor de má-fé detém o direito de ressarcimento pelas benfeitorias necessárias e de levantamento das benfeitorias voluptuárias.
- (C) Não é cabível a constituição de usufruto que recaia em bens móveis e em um patrimônio inteiro.
- (D) O contrato de promessa de compra e venda, desde que escrito, confere ao seu titular direito real à aquisição do imóvel.
- (E) Resolvida a propriedade pelo implemento da condição ou pelo advento do termo, entendem-se também resolvidos os direitos reais concedidos na sua pendência.

44. Atos ilícitos e responsabilidade civil.

- (A) A ilicitude dos atos jurídicos surge com a violação de direito alheio e a consequente configuração de dano a terceiro, não havendo falar em configuração de ato ilícito no exercício de um direito por seu titular.
- (B) No sistema brasileiro a indenização é mensurada pela extensão do dano, forte no princípio da restituição integral, não havendo possibilidade de sua fixação e/ou redução pela via da equidade.
- (C) Nos termos do Código Civil, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- (D) Os pais respondem, mediante a aferição da sua culpa, pelos atos dos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, o que também ocorre com os empregadores, no que respeita aos atos dos seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- (E) No sistema da responsabilidade civil objetiva a culpa do ofensor é despicienda, tanto para a fixação do dever de indenizar, quanto para a fixação do *quantum* indenizatório.

45. Direito das Sucessões.

- (A) Na sucessão universal, o direito de propriedade imobiliária transmite-se quando do registro dos formais de partilha no Ofício do Registro de Imóveis.
- (B) Conforme regra expressa do Código Civil, são herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes, os cônjuges e os companheiros.
- (C) O testador não pode, mesmo justificando, estabelecer cláusula de impenhorabilidade sobre os bens da legítima.
- (D) O direito de representação, no direito sucessório, dá-se apenas na linha reta descendente e ascendente.
- (E) O prazo de decadência para anular disposição testamentária inquinada de coação é de quatro anos, contados de quando o interessado tiver conhecimento do vício.

46. Direito de Família.

- (A) Quando não houver, por ocasião do divórcio, acordo entre o pai e a mãe quanto à guarda unilateral do filho menor, será ela concedida preferencialmente para a mãe.
- (B) As causas impeditivas geram a anulabilidade do casamento.
- (C) As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato e não união estável.
- (D) O direito do marido contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua esposa prescreve em quatro anos, podendo os herdeiros prosseguirem na ação em caso de falecimento do autor.
- (E) Na curatela, sendo curador o cônjuge, não separado judicialmente ou de fato, não poderá ele ser obrigado a prestar contas.



47. Pessoas jurídicas de direito privado, seu processo de personificação e desconsideração de sua personalidade jurídica.
- (A) Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.
- (B) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, sendo exigível, em regra, autorização estatal para a sua criação e personificação.
- (C) Nos termos do Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica exige a comprovação de fraude ou abuso de direito, sendo prescindível, nesses casos, a demonstração de insolvência da pessoa jurídica, mas necessária a prova da má-fé do sócio gestor.
- (D) É cabível a desconsideração da personalidade jurídica "inversa", visando a alcançar bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros.
- (E) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não alcança as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos.

Direito Processual Civil

Atenção: Para responder às questões 48 a 52 assinale a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao assunto indicado.

48. Princípio dispositivo no Direito Processual Civil.
- (A) Contrapõe-se ao princípio inquisitivo, de modo que ao julgador é vedada iniciativa na produção de provas e na investigação dos fatos da causa, sob pena de comprometimento da sua imparcialidade, buscando-se, no processo civil, apenas a verdade formal, com o reconhecimento do caráter mítico e utópico da verdade real.
- (B) Com a modernização do processo civil, voltada, sobretudo, para a reaproximação entre direito material e processual, decorrência do movimento do acesso à justiça, o princípio dispositivo ganhou novos contornos, sendo permitido ao juiz determinar, de ofício, a produção de provas, mesmo que sejam determinantes para o resultado da causa.
- (C) Embora o princípio dispositivo possua limitações, não é dado ao julgador, sob pena de comprometimento da sua imparcialidade e de violação à característica da inércia da jurisdição, determinar, de ofício, as provas necessárias à instrução do processo, devendo julgar com base na regra de distribuição do ônus da prova.
- (D) De acordo com o atual estágio do processo civil brasileiro, marcado, notadamente, pelo caráter publicista, o princípio dispositivo, no que concerne à postura equidistante do julgador, está relacionado, tanto com a propositura da ação e com a fixação dos contornos da lide, quanto com a investigação dos fatos e com a produção de provas necessárias à instrução do processo.
- (E) A publicização do processo e o fenômeno da judicialização da política imprimiram maior efetividade ao princípio dispositivo, tanto no seu sentido material quanto formal, reduzindo as possibilidades de ser relativizado.

49. Do litisconsórcio, da assistência e da intervenção de terceiros no Código de Processo Civil.
- (A) Embora recomendável para garantir a eficácia da sentença, não é obrigatória a citação de todos os litisconsortes necessários, diante do fenômeno da substituição processual.
- (B) Na nomeação à autoria, se o nomeado, após realizada a citação, negar a qualidade que lhe é atribuída, o processo continuará contra o nomeante, o qual não terá novo prazo para contestar, face ao princípio da eventualidade aplicável no momento da contestação.
- (C) Na denunciação da lide feita pelo autor, o denunciado que comparecer poderá aditar a petição inicial, uma vez que assume a posição de litisconsorte do denunciante.
- (D) Transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, mesmo na hipótese de provar que desconhecia a existência de alegações ou de provas, de que o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.
- (E) Na assistência simples, o terceiro tem interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, sendo considerado, assim, litisconsorte da parte assistida, por também ser titular do direito discutido.

50. Das provas, de acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil.
- (A) A confissão é, em regra, divisível.
- (B) Mesmo que a perícia seja complexa, não existe previsão para a nomeação de mais de um perito ou para a indicação de mais de um assistente técnico, até mesmo pelo fato de o juiz não estar adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com base em outros elementos.
- (C) O Código de Processo Civil adota a teoria dinâmica de distribuição do ônus da prova (cargas processuais dinâmicas), podendo ocorrer, em determinadas situações, a inversão do dever de provar.
- (D) Qualquer que seja o valor do contrato, é admissível a prova testemunhal quando o credor não pode ou não podia, moral ou materialmente, obter a prova escrita da obrigação.
- (E) Quando se tratar de contestação de assinatura, o ônus da prova incumbe a quem a contestar.

51. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil.
- (A) A ação de demarcação de terras particulares é fundada no domínio, sendo vedada discussão, em seu bojo, de matéria possessória, não havendo, igualmente, possibilidade de formulação, pelo autor, de queixa de esbulho ou de turbacão.
- (B) O juiz determinará, de ofício, que se inicie o inventário, se nenhuma das pessoas com legitimidade prevista em lei o requerer no prazo legal.
- (C) A partilha amigável pode ser rescindida, ao passo que a partilha julgada por sentença pode ser anulada, desde que incidentes as hipóteses legais.
- (D) No procedimento do inventário e da partilha, o pedido de adjudicação é admissível quando existentes não mais que dois herdeiros, desde que sejam maiores e capazes.
- (E) Na ação de consignação em pagamento, a sentença que concluir pela insuficiência do depósito determinará, sempre que possível, o montante devido, embora não possa valer como título executivo.



52. Juizado Especial Cível, previsto na Lei nº 9.099/95.

- (A) O não comparecimento do autor à audiência gera revelia.
- (B) O acesso independe, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- (C) O Juizado Especial Cível não tem competência para as ações de despejo para uso próprio.
- (D) Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente tanto o foro do domicílio do autor quanto o do local do ato ou fato.
- (E) O recurso inominado deve ser recebido, em regra, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

53. As recentes reformas da legislação processual civil têm prestigiado a força dos precedentes judiciais na solução dos litígios, característica da doutrina do *stare decisis*, influente nos países que adotam o sistema da *common law*. Sobre o tema, de acordo com o que prevê o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- (A) O relator poderá, monocraticamente, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal estadual.
- (B) O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Haverá repercussão geral na questão constitucional versada pelo recurso extraordinário sempre que este impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.
- (E) O reexame necessário é dispensado quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.

54. Acerca do sistema recursal previsto no Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- (A) No recurso de apelação pode-se inovar, inclusive com questões de fato, desde que provada a impossibilidade de suscitação anterior por motivo de força maior.
- (B) Quando interposta de sentença que rejeitar, liminarmente, os embargos à execução, a apelação será recebida somente no efeito devolutivo.
- (C) Se o agravante, no prazo de três dias, não requerer a juntada aos autos do processo de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso, este não será admitido, independentemente de arguição pelo agravado.
- (D) Em determinadas situações, o relator poderá conhecer do agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial e, monocraticamente, dar provimento ao próprio recurso especial.
- (E) Não há previsão, no Código de Processo Civil, para o oferecimento de contrarrazões ao recurso de apelação contra sentença que indeferir a petição inicial.

Direito Penal

55. A respeito dos entendimentos sumulados é INCORRETO afirmar:

- (A) Para o Superior Tribunal de Justiça, inquéritos policiais e ações penais em curso não podem agravar a pena-base.
- (B) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, o aumento da pena na terceira fase nas hipóteses de roubo majorado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente a mera alusão ao número de majorantes.
- (C) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao delito permanente, se sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- (D) De acordo com súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- (E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, é possível aplicar ao delito de furto qualificado pelo concurso de agentes aumento idêntico ao previsto para o roubo majorado pelo concurso de agentes, visto que mais benéfico.

56. Carlos, com dezoito anos à época do fato, na companhia do amigo Paulo, com vinte e dois anos por ocasião do fato, furtaram R\$ 300,00 (trezentos reais) da carteira do avô de Carlos, seu Romeu, o qual contava, no dia do furto, em 07/08/07, com 61 anos de idade. Sobre a responsabilização penal dos autores do fato, é correto afirmar:

- (A) Carlos responderá pelo delito de furto qualificado, assim como seu amigo Paulo, sendo que não haverá isenção de pena para qualquer um dos agentes.
- (B) Haverá isenção de pena quanto a Carlos, por se tratar de descendente da vítima, circunstância que alcançará o amigo Paulo.
- (C) Carlos ficará isento de pena, mas tal circunstância não alcançará o amigo Paulo.
- (D) A responsabilização penal de ambos os agentes dependerá de representação da vítima.
- (E) A responsabilização penal de Carlos dependerá de queixa-crime e a de Paulo de representação da vítima.

57. A respeito da Lei nº 11.343/06, é correto afirmar:

- (A) Há previsão de delito culposos no rol de crimes.
- (B) Na hipótese do delito previsto no *caput* do art. 33, o indivíduo primário, com bons antecedentes, que não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa, poderá ter sua pena reduzida, desde que confesse a autoria delitiva, de um sexto a dois terços.
- (C) O condenado pelo delito previsto no art. 28 não poderá receber pena privativa de liberdade, salvo se reincidente e demonstrar resistência ao tratamento contra dependência química.
- (D) O delito de associação para o tráfico consignado no art. 35 exige a mesma quantidade de agentes prevista para o crime de quadrilha ou bando disposto no art. 288 do Código Penal.
- (E) O agente que em única ocasião oferece gratuitamente para um amigo vinte pedras de substância conhecida como *crack*, ainda que com única intenção de juntos consumirem, responde pelo crime previsto no *caput* do art. 33, delito equiparado a hediondo.



58. Miro, em mera discussão com Geraldo a respeito de um terreno disputado por ambos, com a intenção de matá-lo, efetuou três golpes de martelo que atingiram seu desafeto. Imediatamente após o ocorrido, no entanto, quando encerrados os atos executórios do delito, Miro, ao ver Geraldo desmaiado e perdendo sangue, com remorso, passou a socorrer o agredido, levando-o ao hospital, sendo que sua postura foi fundamental para que a morte do ofendido fosse evitada, pois foi providenciada a devida transfusão de sangue. Geraldo sofreu lesões graves, uma vez que correu perigo de vida, segundo auto de exame de corpo de delito. Nesse caso, é correto afirmar:
- (A) Miro responderá pelo crime de lesão corporal gravíssima previsto no art. 129, § 2º, do Código Penal, em vista da sua vontade inicial de matar a vítima e da quantidade de golpes, circunstâncias que afastam a validade do auto de exame de corpo de delito.
- (B) Incidirá a figura do arrependimento eficaz e Miro responderá por lesões corporais graves.
- (C) Incidirá a figura do arrependimento posterior, com redução de eventual pena aplicada.
- (D) Incidirá a figura da desistência voluntária e Miro responderá por lesões corporais graves.
- (E) Miro responderá por tentativa de homicídio simples, já que o objetivo inicial era a morte da vítima.
59. No que toca ao sistema de aplicação da pena, é correto afirmar:
- (A) Há previsão no art. 44 do Código Penal de substituição da pena privativa de liberdade para condenados reincidentes, ainda que a reincidência tenha se operado em virtude da prática do mesmo crime, desde que o segundo delito não envolva violência ou grave ameaça à pessoa.
- (B) Segundo o Código Penal, na hipótese de sobrevir condenação definitiva à pena privativa de liberdade por outro crime durante a execução de pena restritiva de direito, a conversão da pena substitutiva, em sede de execução, será obrigatória, mesmo que seu cumprimento seja compatível com o regime de cumprimento da pena definido na segunda sentença condenatória.
- (C) Nas hipóteses relativas à Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, há vedação legal de substituição da pena privativa de liberdade por prestação de serviço à comunidade.
- (D) Ao agente primário e de conduta social satisfatória que é condenado à pena de dois anos de reclusão por roubo tentado, com todas as circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal reconhecidas como favoráveis na sentença, é possível aplicar-se a suspensão condicional da pena prevista no art. 77 do Código Penal.
- (E) A substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito prevista no art. 44 do Código Penal não é possível para delitos culposos nas hipóteses de condenações superiores a quatro anos.
60. Sobre a teoria geral do delito, é correto afirmar:
- (A) O erro de tipo afeta a compreensão da tipicidade subjetiva culposa, enquanto o erro de proibição afeta o entendimento sobre a ilicitude do agente que praticou o injusto penal, podendo levar à sua exclusão.
- (B) O erro de tipo tem como consequência jurídica a exclusão do dolo e, portanto, a exclusão da tipicidade dolosa da conduta, podendo, no caso penal concreto, ser vencível ou invencível.
- (C) O fato de um consumidor de uma loja de joias tocar um abajur sem saber que serve de apoio a uma prateleira, que despenca e quebra uma rara peça de arte é exemplo de erro de proibição.
- (D) Havendo orientação da Autoridade Administrativa acerca da legitimidade da conduta, a prática da ação realiza-se coberta pela boa-fé de que não é a mesma ilegal, atuando o agente em erro de tipo permissivo.
- (E) A partir da adoção da teoria limitada da culpabilidade pelo Código Penal, tanto na hipótese de ser o erro de tipo essencial vencível quanto na hipótese de ser invencível, a consequência jurídica é a exclusão do juízo de culpabilidade do agente que se equivoca em relação às circunstâncias concomitantes do ato praticado.
61. Sobre a teoria geral do delito, é correto afirmar:
- (A) Na concorrência plúrima, o instituto da cooperação dolosamente diversa ocorre quando todos os agentes, mesmo sem vínculo subjetivo, se comportam para o mesmo fim, mas desconhecem a conduta alheia.
- (B) Nas discriminantes putativas é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, havendo também isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.
- (C) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem, atuando o coacto com excludente legal de culpabilidade.
- (D) O crime impossível é causa legal de exclusão da ilicitude, ocorrendo quando o agente, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, não consegue consumir o crime.
- (E) No concurso formal de crimes, o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, que pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, é punido aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido, mesmo que a ação ou omissão seja dolosa e os crimes concorrentes decorram de desígnios autônomos.

**Direito Processual Penal**

Atenção: Nas questões 62 a 64 são apresentadas três assertivas, que podem ser corretas ou incorretas. Para responder a cada uma das questões, use a seguinte chave:

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

62. Sobre prisão e liberdade, considere as seguintes assertivas:

- I. Crimes envolvendo violência doméstica contra a mulher, ainda que punidos com detenção, poderão ensejar a decretação de prisão preventiva, desde que presentes elementos concretos que a autorizem.
- II. A prolação de sentença condenatória no Tribunal do Júri não impede a revogação da prisão preventiva do condenado, mesmo tendo este sido mantido preso durante a instrução do feito.
- III. Não se concede fiança nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a 2 (dois) anos, devendo esta ser computada separadamente a cada delito na hipótese de concurso material.

63. Sobre o procedimento do Júri, considere as seguintes assertivas:

- I. A defesa poderá interpor, no prazo de 20 (vinte) dias, recurso em sentido estrito da decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir, sendo de 2 (dois) dias o prazo para o oferecimento das respectivas razões.
- II. As nulidades ocorridas posteriormente à pronúncia deverão ser arguidas logo depois de ocorrerem, conforme previsto na norma processual.
- III. Segundo o Código de Processo Penal, não será permitida a leitura de qualquer documento que possa influenciar a decisão dos Jurados se este não tiver sido juntado aos autos com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, dando-se ciência à outra parte.

64. Sobre o procedimento dos Juizados Especiais Criminais, considere as seguintes assertivas:

- I. A transação penal poderá ser ofertada em relação aos delitos cuja pena máxima não seja superior a 2 (dois) anos, e a suspensão do processo nos delitos cuja pena mínima for igual ou inferior a 1 (um) ano.
- II. Segundo entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, admite-se a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
- III. Embora se aplique o procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 aos crimes previstos no Estatuto do Idoso nas hipóteses em que a pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse a 4 (quatro) anos, a transação penal e a suspensão do processo não lhes são aplicáveis.

65. Considere a hipótese do cometimento de diversos crimes, todos conexos, mediante concurso de agentes, entre os dias 10 e 11 de novembro de 2010. Primeiramente, na Comarca de Guaíba, foram cometidos dois roubos qualificados contra pedestres e uma tentativa de homicídio contra Policial Militar. Em seguida, foi cometido um roubo qualificado na comarca de Cachoeirinha, onde os acusados foram presos em flagrante, tendo um deles sido vítima de tentativa de homicídio por parte de Policial Militar em serviço. Homologado o referido flagrante, foi também decretada prisão preventiva dos acusados do roubo pelo Juiz da 1ª Vara Criminal de Cachoeirinha, mas, por força da *vis attractiva* do Tribunal do Júri, todos os delitos antes referidos acabaram distribuídos e processados na 1ª Vara Criminal da Comarca de Guaíba, onde o juiz, ao final da instrução, entendeu por desclassificar as tentativas de homicídio, quanto aos civis, para o crime de resistência e, quanto ao Policial Militar, para lesão corporal dolosa. Segundo as regras de jurisdição e competência, onde deverão ser julgados os fatos antes mencionados?

- (A) Todos os crimes deverão ser julgados na 1ª Vara Criminal da Comarca de Guaíba.
- (B) Todos os delitos deverão ser julgados na 1ª Vara Criminal de Cachoeirinha.
- (C) O delito de lesão corporal deverá ser julgado pela Justiça Militar e os demais na 1ª Vara Criminal da Comarca de Guaíba.
- (D) O delito de lesão corporal deverá ser julgado pela Justiça Militar e os demais na 1ª Vara Criminal da Comarca de Cachoeirinha.
- (E) Todos deverão ser julgados pela Justiça Militar.

66. Sobre provas ilícitas, é INCORRETO afirmar:

- (A) A vedação da utilização de provas ilícitas pode ser excepcionalmente afastada em favor do acusado.
- (B) A doutrina processual penal faz uma distinção conceitual entre a prova ilícita e a prova ilegítima, sendo aquela a obtida com violação ao direito substantivo e esta a obtida com violação ao direito adjetivo.
- (C) As provas derivadas das ilícitas não se considerarão contaminadas quando puderem ser obtidas de uma fonte independente destas, ou quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, segundo o disposto na norma processual penal.
- (D) Consoante previsto no Código de Processo Penal, preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial.
- (E) Contra a decisão interlocutória que não reconhece a ilicitude de prova cabe recurso em sentido estrito.

67. Sobre os vícios processuais, é INCORRETO afirmar:

- (A) São exemplos de atos inexistentes a sentença proferida por quem não é juiz ou a sentença a que falte a parte dispositiva.
- (B) Sobre a teoria dos vícios processuais o Código de Processo Penal adota destacadamente os princípios do prejuízo, da causalidade, do interesse e da convalidação.
- (C) Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- (D) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
- (E) É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.



68. Sobre os meios de impugnação no processo penal, é correto afirmar:

- (A) Os embargos infringentes e de nulidade opostos contra acórdão de Tribunal de Justiça são admissíveis na apelação e no recurso em sentido estrito, não cabendo em revisão criminal e pedido de desforamento.
- (B) No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, não é exigível a citação do réu como litisconsorte passivo.
- (C) A ação revisional, se acolhida, leva a uma sentença objetivamente complexa, correspondente a dois pedidos: o de desconstituição da sentença revidenda e o da nova sentença, que a substitua e que poderá ser condenatória ou absolutória.
- (D) O recurso *ex officio* está em conformidade com o sistema acusatório de índole constitucional e é obrigatório quando da decisão de absolvição sumária na sentença do procedimento do Júri, sendo que não transita em julgado a sentença por haver omitido o recurso *ex officio*, que se considera interposto *ex lege*.
- (E) No recurso de apelação no procedimento comum ordinário, a renúncia do réu ao direito de recorrer, mesmo que manifestada sem a assistência de seu defensor constituído, impede o conhecimento da apelação por este interposta.

Direito Constitucional

69. O ideal preconizado na Constituição Federal de 1988 é o de instituir um Estado Democrático de Direito, cujo ponto de equilíbrio são os direitos fundamentais, que também limitam o poder estatal. Vários de seus dispositivos indicam o cidadão como um dos maiores protagonistas na tomada de decisões relevantes para o País, por isso ela também é denominada de Constituição Cidadã. Na prática, porém, a participação popular ainda é incipiente, tanto que poucas são as leis de iniciativa popular.

De acordo com tais aspectos, é correto afirmar que

- (A) a Constituição Federal contempla um modelo de democracia participativa, também denominada semidireta.
- (B) a participação popular é exercida através do sufrágio universal, garantido a todos, sem exceção, bem como por meio do referendo.
- (C) todo o poder emana do povo, que o exerce sempre por meio de representantes eleitos pelo voto secreto.
- (D) a iniciativa popular propriamente dita consiste, no âmbito federal, na apresentação de projeto de lei ao Congresso Nacional, subscrito por 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos dez Estados-Federados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.
- (E) a competência para autorizar referendo e convocar plebiscito é privativa do Congresso Nacional e é materializada por meio de resolução.

70. A sociedade brasileira vivenciou, recentemente, um processo eleitoral, oportunidade em que se questionava acerca da inelegibilidade de alguns candidatos em virtude do disposto na "Lei da Ficha Limpa". Referida lei foi objeto de discussão no Supremo Tribunal Federal em razão de sua (in)constitucionalidade. Dentre as alternativas abaixo, é correto afirmar:

- (A) A inelegibilidade significa capacidade eleitoral passiva e condição obstativa ao exercício passivo da cidadania.
- (B) A inelegibilidade tem por finalidade proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.
- (C) O mandato eletivo poderá ser impugnado perante a Justiça Eleitoral no prazo de dez dias contados da diplomação.
- (D) É possível a cassação dos direitos políticos sempre que ocorrer a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- (E) De acordo com o disposto no artigo 16 da Constituição Federal, a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a data de sua publicação.

71. É correto afirmar:

- (A) As normas do ADCT não podem ser alteradas por meio de emendas constitucionais, pois são de natureza transitória.
- (B) O preâmbulo da Constituição Federal, ao referir-se expressamente ao pacto federativo, está a indicar a intenção do constituinte em instituir um Estado Democrático e, por isso, deve ser considerado quando da interpretação das normas.
- (C) São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos e assim descritos no artigo 3º da Constituição Federal, construir uma sociedade livre, justa e pluralista, garantir o desenvolvimento regional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e locais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (D) São fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a livre concorrência, o voto direto e secreto e o pluralismo político.
- (E) Os direitos sociais estão expressamente referidos no preâmbulo da Constituição Federal de 1988, assim como os direitos fundamentais e o pluralismo político.



72. No que se refere à interpretação e à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, considere as seguintes afirmações:

- I. A interpretação constitucional evolutiva, também denominada de mutação constitucional, não implica alteração no texto constitucional, mas na interpretação da regra.
- II. As normas que consubstanciam os direitos fundamentais são sempre de eficácia e aplicabilidade imediata.
- III. Os direitos e garantias fundamentais consagrados na Carta Magna são ilimitados, tanto que não podem ser utilizados para se eximir alguém da responsabilização pela prática de atos ilícitos.
- IV. No Direito Constitucional brasileiro fala-se de uma certa relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, bem como da possibilidade de haver conflito entre dois ou mais deles, oportunidade em que o intérprete deverá se utilizar do princípio da concordância prática ou da harmonização para coordenar e combinar os bens tutelados, evitando o sacrifício total de uns em relação aos outros, sempre visando ao verdadeiro significado do texto constitucional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

73. No que se refere ao Poder Constituinte, é INCORRETO afirmar:

- (A) O Poder Constituinte genuíno estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes que o regerão.
- (B) Existe Poder Constituinte na elaboração de qualquer Constituição, seja ela a primeira Constituição de um país, seja na elaboração de qualquer Constituição posterior.
- (C) O Poder Constituinte derivado decorre de uma regra jurídica constitucional, é ilimitado, subordinado e condicionado.
- (D) Quando os Estados-Federados, em razão de sua autonomia político-administrativa e respeitando as regras estabelecidas na Constituição Federal, auto-organizam-se por meio de suas constituições estaduais estão exercitando o chamado Poder Constituinte derivado decorrente.
- (E) Para parte da doutrina, a titularidade do Poder Constituinte pertence ao povo, que, entretanto, não detém a titularidade do exercício do poder.

74. Conforme estatuído na Constituição Federal no que se refere aos direitos sociais e à ordem social, é INCORRETO afirmar:

- (A) É direito público subjetivo o acesso ao ensino obrigatório e gratuito, tanto que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
- (B) É dever do Estado proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
- (C) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e, para tanto, incumbe ao Poder Público, em todas as suas esferas de competência, promover a educação ambiental.
- (D) A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, desenvolvendo, para tanto, programas de amparo, que deverão ser executados, preferencialmente, em estabelecimentos públicos.
- (E) A assistência social será prestada a todos que dela necessitarem, independentemente de contribuição para o seu custeio, por se tratar de direito subjetivo.

75. A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso LV, preconiza que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. Considerando tal disposição, leia as afirmativas abaixo.

- I. O contraditório e a ampla defesa referidos no dispositivo supra citado referem-se somente ao processo penal e administrativo, tanto que todo aquele que comparecer a Juízo sem advogado, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para efetuar a defesa.
- II. Lei infraconstitucional pode condicionar o acesso ao Judiciário ao prévio exaurimento das vias administrativas, como forma de garantir o disposto no artigo supra referido.
- III. O contraditório e a ampla defesa não podem ser abolidos pelo legislador, pois fazem parte das cláusulas pétreas dispostas no parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



Direito Institucional

76. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

- I. representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, ainda que apenas em caráter consultivo, sem poder postulatório aos seus órgãos;
- II. exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e contraditório em favor de pessoas naturais, sendo vedada a sua atuação em defesa de pessoas jurídicas, sob quaisquer circunstâncias;
- III. patrocinar a ação penal privada e a subsidiária da pública;
- IV. atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;
- V. exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei, uma vez comprovada, rigorosamente, a hipossuficiência financeira e o estado de miserabilidade do curatelado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II e V, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

77. O direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita, previsto constitucionalmente e instrumentalizado pela Defensoria Pública, compreende

- (A) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, somente no segundo grau de jurisdição.
- (B) prestar orientação jurídica a todos os beneficiados pela Lei nº 1.060/50, assim considerados os nacionais ou estrangeiros, residentes no país, que necessitem recorrer à Justiça penal, civil ou do trabalho, excluída a Justiça Militar.
- (C) a impossibilidade de denegação ao atendimento do cidadão, tendo em vista a universalidade do direito prestado, desimportando que se trata de pessoa com elevado poder aquisitivo.
- (D) a função institucional da Defensoria Pública para propositura da ação penal pública, naqueles casos em que não houver órgão de atuação do Ministério Público na Comarca.
- (E) promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

78. Em relação aos Defensores Públicos e às suas prerrogativas e funções institucionais, com esteio nas Leis Complementares Federal e Estaduais que organizam as Defensorias Públicas, considere a seguinte situação hipotética: um membro da Defensoria Pública, no exercício de suas atribuições funcionais, após receber vista dos autos, lança breve manifestação manuscrita, com pedido ao final. Concluídos os autos, o magistrado

- (A) deve determinar o desentranhamento e inutilização da peça, reabrindo o prazo da parte assistida pela Defensoria Pública, para que seja lançada nova manifestação, digitada ou datilografada.
- (B) deve conhecer do pedido, examinando o seu mérito.
- (C) deve mandar riscar o texto dos autos, deixando de conhecer do pedido.
- (D) deve determinar ao escrivão que reduza a termo todo o texto manuscrito, fazendo oportuna conclusão dos autos para exame.
- (E) não deve conhecer do pedido, porquanto o membro da Defensoria Pública somente pode dirigir-se ao juiz, de forma manuscrita, em procedimento de *habeas corpus*.

79. Entre as inovações advindas da reforma da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar Federal nº 80/94), promovida pela Lei Complementar Federal nº 132, de 07 de outubro de 2009, destaca-se, positivamente, a iniciativa da própria proposta orçamentária, criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, política remuneratória e plano de carreira.

Sobre a proposta orçamentária da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, considere:

- I. A Defensoria Pública do Estado elaborará sua proposta orçamentária anual, encaminhando-a, através do seu Defensor Público-Geral, ao Poder Legislativo para consolidação e encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo, a quem caberá a sua apreciação e aprovação final.
- II. As decisões da Defensoria Pública do Estado, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.
- III. A Defensoria Pública do Estado elaborará sua proposta orçamentária atendendo aos seus princípios, às diretrizes e aos limites definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo para consolidação e encaminhamento ao Poder Legislativo.
- IV. A proposta orçamentária anual da Defensoria Pública do Estado é aprovada pelo Defensor Público-Geral, após ampla participação popular, através da realização de Conferência Estadual e de Conferências Regionais e possui caráter vinculativo em relação aos Poderes Legislativo e Executivo estaduais.
- V. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.



80. Em relação aos Defensores Públicos e às suas prerrogativas e funções institucionais, com esteio nas Leis Complementares Federal e Estaduais que organizam as Defensorias Públicas, considere a seguinte situação hipotética: o Defensor Público, no uso de suas atribuições funcionais na Comarca de Pelotas-RS, recebe a presença de Oficial de Justiça, munido do mandado judicial e sem a cópia da petição inicial e a carga física dos autos, a fim de intimá-lo de sua constituição, em determinado processo, como curador especial de réu, citado por edital, bem como para apresentação de contestação, no prazo legal.

Neste caso, deve o Defensor Público

- (A) recusar-se a receber a intimação, por inobservância de prerrogativa específica conferida aos membros da Defensoria Pública.
- (B) aceitar e receber a intimação, porquanto a intimação pessoal é prerrogativa que não depende, em qualquer circunstância, da entrega dos autos com vista.
- (C) aceitar e receber a intimação, porquanto a situação não retrata a necessidade da entrega dos autos com vista.
- (D) recusar-se a receber a intimação, porquanto não é sua função institucional exercer a curadoria especial, exceto no segundo grau de jurisdição.
- (E) aceitar e receber a intimação, porquanto a intimação pessoal, mediante entrega dos autos com vista, quando necessário, é prerrogativa conferida somente ao Defensor Público-Geral.

Direito Administrativo

81. Na relação dos princípios expressos no artigo 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, NÃO consta o princípio da

- (A) moralidade.
- (B) eficiência.
- (C) probidade.
- (D) legalidade.
- (E) impessoalidade.

82. Com relação aos benefícios das microempresas e das empresas de pequeno porte nas licitações, que independem de regulamentação pelo órgão licitante, de acordo com a Lei Complementar Federal nº 123/2006, é correto afirmar:

- (A) A microempresa e a empresa de pequeno porte têm preferência, como critério de desempate, para a contratação em licitações.
- (B) A regularidade jurídica da microempresa e da empresa de pequeno porte será exigida apenas na assinatura do contrato.
- (C) A microempresa será automaticamente declarada vencedora se a sua proposta for superior ao melhor preço em até dez por cento.
- (D) A microempresa e a empresa de pequeno porte estão dispensadas de apresentar a documentação fiscal para participar em licitações.
- (E) A microempresa terá preferência na contratação quando sua proposta for equivalente à apresentada por empresa de pequeno porte.

Atenção: Nas questões 83 e 84 são apresentadas três assertivas, que podem ser corretas ou incorretas. Para responder a cada uma das questões, use a seguinte chave:

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

83. Considere as seguintes afirmações com relação aos controles externo e interno da administração pública, tendo em vista os artigos 70 a 75 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- I. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma independente, sistema de controle interno, com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- II. Os responsáveis pelo controle externo, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas competente, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- III. O controle externo exercerá a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

84. Considere as seguintes afirmações com relação ao regime de concessão e permissão da prestação dos serviços públicos, tendo em vista a Lei nº 8.987/95:

- I. O poder concedente publicará, simultaneamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão do serviço público, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- II. O serviço adequado é aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- III. A permissão de serviço público é a delegação, a título precário, feita pelo poder concedente apenas à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, precedida ou não de licitação, formalizada mediante contrato de adesão.

Direito das Execuções Penais

85. De acordo com a Lei de Execução Penal, incumbe à Defensoria Pública requerer a detração e a remição da pena. A respeito desses dois institutos é correto afirmar:

- (A) O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.
- (B) Pelo instituto da remição, o período de prisão provisória por fato que resultou a condenação executada deve ser considerado no cômputo do cumprimento da pena imposta pela sentença.
- (C) A detração consiste na possibilidade de o apenado diminuir parte do tempo de execução da pena pelo trabalho, sendo que a contagem do tempo para tal fim será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.
- (D) O tempo remido não é computado para a concessão do indulto, somente para o deferimento do livramento condicional.
- (E) O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo detraído, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.



86. O Defensor Público, na data de 15 de junho de 2010, ao atender os apenados da Casa do Albergado de um Município do interior do Estado do Rio Grande do Sul, deparou-se com a situação de um preso que está recolhido no regime aberto e conta com 73 anos de idade, em bom estado de saúde física, mas apresentando quadro de senilidade leve. Após analisar os dados constantes da Guia de Recolhimento atualizada do reeducando, o Defensor Público apurou que o preso está condenado por crime de latrocínio (art. 157, § 3º, parte final, do Código Penal), praticado há mais de dez anos, enquadrando-se como reincidente, pois já havia sido condenado por outro latrocínio, anteriormente. Verificou, também, que computada a remição de pena deferida, o reeducando já teria cumprido mais de dois terços do apenamento total imposto. Considerando os referidos dados, a Defensoria Pública do Estado poderia postular ao Juízo da Execução Criminal
- (A) o livramento condicional.
- (B) a progressão de regime.
- (C) a comutação de pena, com fundamento nas disposições do Decreto nº 7.046, de 22 de dezembro de 2009.
- (D) o indulto de natal, com fundamento nas disposições do Decreto nº 7.046, de 22 de dezembro de 2009.
- (E) a prisão domiciliar.
87. Nos termos do entendimento jurisprudencial consolidado no Superior Tribunal de Justiça, a progressão de regime de apenado reincidente específico, condenado por crime equiparado a hediondo (art. 12 da Lei nº 6.368/76) praticado no ano de 2006, dar-se-á após o cumprimento no regime anterior (requisito objetivo) de qual prazo?
- (A) 1/6 (um sexto) da pena.
- (B) 1/3 (um terço) da pena.
- (C) 2/5 (dois quintos) da pena.
- (D) 3/5 (três quintos) da pena.
- (E) 2/3 (dois terços) da pena.
88. Nos termos do art. 146-B da Lei de Execução Penal, o juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando:
- I. aplicar pena restritiva de liberdade a ser cumprida nos regimes aberto ou semiaberto, ou conceder progressão para tais regimes;
- II. autorizar a saída temporária no regime semiaberto;
- III. aplicar pena restritiva de direitos que estabeleça limitação de horários ou de frequência a determinados lugares;
- IV. determinar a prisão domiciliar;
- V. conceder o livramento condicional ou a suspensão condicional da pena.
- Considerando exclusivamente as disposições da Lei de Execução Penal, estão corretas APENAS as hipóteses
- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e V.
89. Concernentemente à previsão da Lei de Execução Penal quanto às saídas temporárias são apresentadas as assertivas abaixo.
- I. Somente os condenados que cumprem pena em regime aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento para visitar a família, frequentar curso ou participar de outras atividades que concorram para o retorno ao convívio social.
- II. Para o deferimento das saídas temporárias, o apenado deverá, além de estar no regime aberto e ostentar comportamento adequado, ter cumprido 1/6 (um sexto) da pena, se for primário, e 1/5 (um quinto), se reincidente, considerando o tempo de cumprimento da pena no regime semiaberto.
- III. A autorização para a saída temporária será concedida por prazo não superior a 15 (quinze) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.
- IV. Quando se tratar de frequência a curso profissionalizante, de instrução de ensino médio ou superior, o tempo de saída será o necessário para o cumprimento das atividades discentes. Nos demais casos, as autorizações de saída somente poderão ser concedidas com prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias de intervalo entre uma e outra.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
- (B) IV.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.
- Direito da Criança e do Adolescente**
90. Abaixo estão elencados alguns aspectos relativos aos direitos de crianças e adolescentes que merecem proteção especial no ordenamento jurídico vigente. NÃO encontra guarida na Constituição Federal de 1988
- (A) a proibição de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
- (B) a garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola.
- (C) a obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.
- (D) a garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.
- (E) o desenvolvimento de programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.
91. Em relação às medidas socioeducativas, é INCORRETO afirmar:
- (A) A remissão concedida ao adolescente não pode ser cumulada com medida socioeducativa de semiliberdade.
- (B) Quando aplicada a medida socioeducativa de liberdade assistida, não é obrigatória a intimação pessoal do adolescente.
- (C) A medida socioeducativa de semiliberdade possibilita a realização de atividades externas independentemente de autorização judicial.
- (D) As medidas socioeducativas privativas de liberdade estão sujeitas aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à peculiar condição de pessoa em desenvolvimento.
- (E) A prestação de serviços à comunidade será estabelecida pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses.



92. Tiago, 20 (vinte) anos, estudante universitário e Juliana, 25 (vinte e cinco) anos, convivem em união estável. Tiago e Juliana pretendem adotar a pequena Sofia, com 04 (quatro) anos de idade. A infante é filha biológica de Roberta, irmã de Juliana, sendo que o pai biológico é desconhecido. Roberta não ostenta mais a condição de mãe, uma vez que foi destituída do poder familiar, tendo a guarda de Sofia sido conferida ao casal Tiago e Juliana. Após o ingresso da ação de adoção, Tiago falece em decorrência de acidente de trânsito. Ressalta-se que Tiago e Juliana não possuíam inscrição no cadastro de adoção. Em relação ao caso relatado e, em conformidade com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente,
- (A) Tiago não poderia adotar pelo fato de ser menor de 21 (vinte e um) anos de idade.
- (B) Juliana está impedida de adotar em razão do parentesco com a criança a ser adotada.
- (C) a adoção será deferida apenas à Juliana, uma vez que ausente o requisito da diferença mínima de idade exigida por lei entre Tiago e Sofia.
- (D) a adoção depende do consentimento da mãe biológica da criança.
- (E) a ausência de inscrição no cadastro, nesse caso, não é óbice ao deferimento da adoção ao casal.
-
93. Analise as seguintes afirmativas, todas relativas ao Estatuto da Criança e do Adolescente:
- I. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos.
- II. Podem adotar os maiores de 21 (vinte e um) anos, independentemente do estado civil.
- III. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses.
- IV. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 3 (três) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- V. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- A partir dessa análise, pode-se concluir que estão corretas APENAS
- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

Direito do Consumidor

- Atenção: Para responder às questões 94 a 97 assinale a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao assunto indicado.
94. Contrato de consumo.
- (A) O descumprimento dos termos da proposta, após sua aceitação, é hipótese típica de responsabilidade pré-contratual do fornecedor.
- (B) A publicidade quando veicule informações inverídicas dá causa à sanção de contrapropaganda, mas não gera eficácia vinculativa em relação ao consumidor.
- (C) A publicidade feita por intermédio de ligação telefônica é permitida, mesmo quando onerosa, porém admite o exercício do direito de arrependimento pelo consumidor.
- (D) A recusa do fornecedor a dar cumprimento à oferta pode dar causa ao abatimento do preço.
- (E) Segundo entendimento majoritário, o responsável pela indenização decorrente da promoção de publicidade ilícita é o fornecedor que a faz veicular.
-
95. Código de Defesa do Consumidor.
- (A) A violação do princípio da identificação dá causa à publicidade abusiva.
- (B) Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor adotou a denominada teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica.
- (C) A proibição da prática de condicionar, em qualquer caso, o fornecimento de produtos a limites quantitativos configura proteção legal do consumidor em relação à denominada venda casada.
- (D) O credor, que no exercício do seu direito expõe o consumidor a constrangimento ou humilhação, deve devolver em dobro os valores que venham a ser pagos.
- (E) A abertura de ficha em cadastro de consumidores só pode ser feita quando autorizada previamente pelo interessado.
-
96. Ação Coletiva.
- (A) A ação coletiva que pretenda indenização por danos de consumidores vítimas do descumprimento de contrato de prestação de assistência à saúde tem por objeto espécie de direito coletivo *stricto sensu*.
- (B) A indenização por lesão a direitos individuais não reverterá, em nenhuma hipótese, a fundo estatal de reparação de bens lesados.
- (C) A isenção de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, para ingresso das ações coletivas de consumo não abrange as interpostas por órgãos estatais que atuem como representantes ou substitutos processuais dos consumidores.
- (D) A improcedência de ação coletiva que tenha por objeto a tutela de direito individual homogêneo, não afeta a possibilidade de interposição de nova ação individual pelo consumidor substituído na primeira demanda, desde que não tenha nela atuado como litisconsorte.
- (E) A Defensoria Pública não tem legitimidade para a tutela coletiva de direitos que envolvam relações de consumo.



97. Equilíbrio dos contratos de consumo.

- (A) Uma cláusula contratual considerada abusiva em um contrato de consumo, o será necessariamente também em um contrato civil, desde que redigida em termos idênticos.
- (B) A cláusula abusiva será nula quando afetar o equilíbrio das prestações do contrato, porém pode ser convalidada quando se trate de vício de informação, desde que haja concordância das partes com a redução do proveito do fornecedor.
- (C) A revisão dos contratos de consumo pode se dar em face da alteração de circunstâncias, com a finalidade de proteção do consumidor, não se exigindo que tal situação seja necessariamente desconhecida das partes.
- (D) Cláusula abusiva celebrada em contrato individual de consumo não pode ter sua nulidade pronunciada em ação coletiva, sem a anuência do consumidor que é parte da contratação.
- (E) Não se reconhece a existência de cláusula surpresa se o consumidor leu, no momento da contratação, os termos do instrumento contratual.

Direito Tributário

98. Um determinado contribuinte apresentou à Fazenda a Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA) e deixou de recolher no prazo legal o imposto nela informado, relativo a fatos geradores do mês de fevereiro do ano de 2005. O vencimento do tributo devido era no último dia útil do mês de março de 2005. No mês de junho de 2010, a Fazenda ajuizou ação de execução fiscal, tendo o contribuinte apresentado embargos à execução alegando a prescrição do crédito tributário. Tendo em conta essas circunstâncias e a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) não se trata de prescrição, mas de decadência, cujo prazo para o lançamento ainda não se escoou, pois, cuidando-se na hipótese de lançamento de ofício ou direto, o prazo decadencial de 5 (cinco) anos conta-se a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (B) não ocorreu nem prescrição nem decadência, pois, tratando-se, o ICMS, de tributo sujeito a lançamento por homologação, adota-se a chamada tese dos 5 (cinco) mais 5 (cinco), de modo que o prazo para cobrança é de 10 (dez) anos, o qual ainda não decorreu.
- (C) ocorreu a prescrição, pois, tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, a entrega da GIA constitui o crédito tributário, independentemente de qualquer outra providência do Fisco relativa a lançamento, sendo que, no caso, já se escoou o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contados do vencimento do débito tributário.
- (D) não ocorreu a prescrição, pois, tratando-se de lançamento direto ou de ofício, o prazo prescricional conta-se a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (E) embora o prazo não seja de prescrição, mas de decadência, o fato é que esta última já se configurou, pois, tratando-se o ICMS de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo decadencial de 5 (cinco) anos conta-se a partir da data do vencimento do tributo ou da data da entrega da GIA, o que ocorrer por último.

99. Certo contribuinte foi autuado pela Fazenda, sendo constituído o crédito tributário respectivo. Notificado do lançamento, e dentro do prazo legal, o autuado apresentou defesa fiscal administrativa, a qual pende de julgamento na primeira instância administrativa. Referido contribuinte necessita participar de licitação pública, mas não consegue comprovar a sua regularidade fiscal perante a Fazenda, o que o impede de participar da licitação. Nesse caso, é correto afirmar que o contribuinte

- (A) tem direito à certidão positiva com efeito de negativa em virtude de o débito estar em execução judicial com penhora efetivada.
- (B) tem direito à certidão negativa por estar o débito com exigibilidade suspensa em virtude da defesa administrativa tempestivamente interposta.
- (C) tem direito à certidão positiva com efeito de negativa por estar o débito com exigibilidade suspensa em virtude da defesa administrativa tempestivamente interposta.
- (D) tem direito à certidão positiva com efeito de negativa em razão do débito não estar ainda vencido.
- (E) não tem qualquer direito à certidão positiva com efeito de negativa.

100. Determinado Município ajuizou execução fiscal em relação a certo contribuinte. A Certidão de Dívida Ativa (CDA), que instruiu a inicial da execução, continha erro quanto ao nome do sujeito passivo, consistente no fato de que a pessoa, cujo nome constava na CDA, como sujeito passivo, não era a devedora do crédito tributário em execução, o qual era devido por outra pessoa, diversa daquela nominada na CDA que instruiu a inicial. Houve embargos à execução e, antes da sentença, o juiz da execução possibilitou à Fazenda que substituisse a CDA, sanando-se assim a irregularidade. Dada vista ao antigo e ao novo sujeito passivo agora apontado na CDA que veio aos autos em substituição à originária, este sustentou que a substituição da CDA não era possível nesse caso. Considerando essas circunstâncias e a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a substituição da CDA

- (A) era possível, pois a irregularidade constitui mero erro formal que pode ser sanado nos termos do que dispõem o Código Tributário Nacional e a Lei de Execução Fiscal.
- (B) não era possível, pois a certidão somente pode ser substituída quando há interposição de embargos à execução.
- (C) era possível, pois pode ser feita mesmo em sede de exceção de pré-executividade.
- (D) não era possível, pois, nos casos em que há troca do sujeito passivo da obrigação tributária, a nulidade não pode ser sanada, visto que nessa hipótese trata-se de alteração do lançamento e não de simples erro formal ou material.
- (E) era possível porque a irregularidade constitui-se em mero erro material que pode ser sanado nos termos do que dispõem o Código Tributário Nacional e a Lei de Execução Fiscal.